

## editorial

O artigo sobre os 60 anos de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, atualiza a reflexão sobre a persistência do machismo e a atualidade de um movimento feminista radical no sentido de ir às raízes da nossa opressão.

A violência sexista contra uma aluna da UNIBAN, em São Bernardo do Campo, que teve repercussão nacional e internacional, foi um choque por vários motivos. Pela naturalização da violência, pela postura da UNIBAN de reforço à essa violência, pelas explicações biologizantes e pelas representações do feminino e masculino, que continuam sendo impostas às mulheres por meio de normas de comportamento pautadas pela visão de mal e bom comportamento, como justificativas para a discriminação e a violência. Mas chocou, sobretudo pela ampla recusa em reconhecer a violência sexista como parte das relações de poder patriarcais e de coisificação das mulheres.

Felizmente aqui e acolá surgiram vozes de reconhecimento da importância do feminismo e de defesa da autonomia das mulheres.

A criminalização do aborto é outra questão que marca o grau de machismo e de imposições sobre a vida das mulheres, assim como a negação de seu direito à autodeterminação. Como resposta à onda de criminalização das mulheres, escancarada no caso do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e outros, foi criada, em 2008, a Frente pelo fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, que congrega vários movimentos. Essa Frente convoca todos e todas a se juntarem para barrar essa ofensiva, que só será revertida com a descriminalização e legalização do aborto. Para ampliar suas ações e o debate na sociedade, a Frente realizará uma grande assembléia em dezembro.

E é assim que o chamado da Marcha Mundial das Mulheres se mostra atual e nos convence de que “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

*As Semprevivas*

Elaine Campos



Magnum Photos

*O segundo sexo*, escrito por Simone de Beauvoir em 1949, é referência para as feministas até hoje

## O célebre livro *O segundo sexo* faz 60 anos

Nalu Faria\*

*O segundo sexo*, escrito pela francesa Simone de Beauvoir e lançado em 1949, marcou um novo momento para o debate sobre a condição das mulheres e a relação entre os sexos. O livro, publicado em dois volumes, é uma obra minuciosa, escrita com todo o rigor que caracterizava a autora, para a qual ela utilizou conhecimentos de várias disciplinas, tais como história, filosofia, economia, biologia, e também experiências de vida, com o intuito de colocar a nu a condição feminina. Ela buscou mostrar que a própria noção de feminilidade era inventada pelos homens e tinha como intenção a auto-limitação das mulheres. Questionava que, apesar de todo o avan-

ço da humanidade até o século XX, a construção das mulheres como inferiores e sua posição de subordinação permaneciam, e eram poucas as pessoas que aceitavam denunciar ou condenar essa situação, mesmo entre as mulheres. Dizia que as mulheres tinham que se adequar aos ideais e interesses masculinos. Realizar sua feminilidade as convertia em objetos e presas.

Por isso, as mulheres tinham que superar o eterno feminino que as engessava e formar o seu próprio ser, escolher seu próprio destino, se libertando das idéias preconcebidas e dos mitos pré-estabelecidos. O livro buscou justamente desnaturalizar a construção da feminilida-

continuação da capa

de, e mostrar que esta era uma construção social. Foi daí que se tornou célebre a frase “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”.

Simone de Beauvoir pode ser considerada herdeira da primeira onda do movimento feminista, que teve nas francesas grandes expoentes tais como Olympe de Gouges, Flora Tristan, Louise Michel, e tantas outras. O livro *O segundo sexo* influenciou, de forma decisiva, o surgimento da segunda onda do movimento feminista, iniciada no final dos anos 60. Já foi traduzido para mais de 70 idiomas e continua uma referência fundamental para as novas gerações e para o feminismo atual, inclusive para aquelas que são críticas à visão de Simone de Beauvoir.

A segunda onda do feminismo teve como centralidade as relações entre o mundo público e privado, e trouxe para o debate a afirmação de que aquilo que se vive na vida pessoal e familiar é político. Isso se deu tanto em relação às relações familiares, à sexualidade, e ao afeto, mas também em relação ao trabalho invisível e não reconhecido das mulheres, à desigualdade salarial e à exclusão dos espaços de poder. A segunda onda defendeu a formação de um movimento autônomo, construído e dirigido pelas mulheres. Da mesma forma, colocou em debate a necessidade de construção da autoconsciência das mulheres como caminho para romper com o modelo de feminilidade que as aprisionava. As mulheres deveriam agir com liberdade e autonomia para decidir seus destinos por si mesmas, ser sujeitos de suas próprias vidas.

### A atualidade do pensamento de Simone de Beauvoir

Atualmente, é cada vez mais comum ouvir que a vida das mulheres mudou muito, que já conquistaram tudo. Mas, junto com isso cresceu uma outra idéia de que as mulheres são mais protetoras, acolhedoras, cuidadosas, éticas. Essas

características muitas vezes são usadas como argumentos para dizer que as mulheres são mais eficientes ou até mesmo superiores. À primeira vista isso parece algo positivo, como se fosse um contraponto às idéias de subordinação e inferioridade das mulheres e que, portanto, as teses de *O segundo sexo* foram superadas. No entanto, essa visão vincula as habilidades construídas pelas mulheres à maternidade e considera que existe uma essência feminina, fixando-as em seu papel tradicional. Segue não



Elaine Campos

### A segunda onda do feminismo trouxe as relações pessoais para o debate político

reconhecendo que as mulheres são dotadas de inteligência e razão, ao mesmo tempo em que vincula suas características à biologia.

Os dados atuais em relação à condição das mulheres mostram que um pequeno número obteve ganhos expressivos. No entanto, as mulheres são as mais pobres, com um maior número entre as desempregadas. Há um incremento do tráfico e da prostituição, cada vez mais têm a responsabilidade manter suas famílias sozinhas, assim como o aumenta sua contaminação pelo HIV. Há também um evidente retrocesso ideológico. Entre os exemplos disso está a expansão da mercantilização da vida e do corpo

das mulheres, que também é marcada pela dimensão de classe.

As privatizações dos serviços públicos e a diminuição do Estado de bem-estar sob o neoliberalismo aumentaram o trabalho doméstico e de cuidados. Ou seja, no mundo inteiro, foi sobre os ombros das mulheres que recaiu uma enorme carga de trabalho, com a diminuição das políticas sociais.

O outro lado da mercantilização é a imposição de um padrão de beleza como norma a ser cumprida obrigatoriamente e que, supostamente, pode ser comprada no mercado. Dessa forma, são vendidas centenas de produtos e tecnologias que prometem eterna juventude e corpos perfeitos, ou seja, magros. Essa perspectiva de beleza está vinculada ao que se pode consumir. Ao lado da indústria de cosméticos e da beleza, outro setor que aufer grandes lucros com o mal estar das mulheres é a indústria de medicamentos. Esta também vende ilusões de bem-estar e felicidade, enquanto invade o corpo das mulheres e nega sua autonomia. Mas, enfim, as mulheres devem ser agradáveis, flexíveis e bonitas, para mostrar que são adequadas e femininas. Quando uma mulher não se preocupa com a aparência, considera-se

que algo que está fora do lugar, é um desvio. Assim, podemos concluir que continuamos diante de um modelo de feminilidade que aprisiona e nega a liberdade e autonomia para decidir. Nossa luta feminista por uma transformação integral da sociedade seguirá até que exista uma verdadeira igualdade entre todas e todos. Isso inclui a possibilidade de decidir que mulheres queremos ser e, então, superaremos esse modelo de feminilidade, voltado para manter a desigualdade nos diversos âmbitos da vida.

Creio que a contribuição de Simone de Beauvoir seguirá como inspiração que nos alenta a seguir em luta até que as mulheres sejam livres.

Mudar o mundo, para mudar a vida das mulheres!

\*Coordenadora geral da SOF

# Uma luta permanente na agenda do movimento feminista

Por Sonia Coelho\*

O PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) completou 25 anos em 2008, o que suscitou diversos debates no movimento de mulheres, incluindo a necessidade de um balanço capaz de identificar os desafios ainda pendentes.

O PAISM rompeu com a concepção de saúde materno-infantil, onde a mulher é vista somente como mãe. Adotou uma visão de que as mulheres são sujeitos com direito pleno à assistência e à saúde, o que inclui o princípio da integralidade. Portanto, em todas as fases da vida e em todas as necessidades, com ações educativas, curativas e de prevenção.

A consigna “*Nosso corpo nos pertence*” inspirou as feministas brasileiras na luta por liberdade e autonomia, contribuiu para a denúncia das políticas controladoras das décadas de 70 e 80, e desconstruiu a idéia da maternidade como obrigação ou destino.

A partir da auto-organização das mulheres negras, lésbicas, com deficiência, entre outras, as especificidades foram introduzidas como fundamentais para um atendimento integral.

Em 2004, o Ministério da Saúde (MS) propôs a Panaism (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher), visando que suas diretrizes se traduzam em práticas de saúde nos municípios, já que um dos princípios do SUS é a descentralização. A implantação do PAISM continuava esbarrando na visão retrógrada de muitos gestores e no processo de tercerização ocorrido no neoliberalismo. Em 2005, o MS lançou a Política de Direitos Sexuais e Reprodutivos, com uma estratégia nacional de aquisição e distribuição dos métodos contraceptivos para os municípios.

Há situações exemplares dos desafios atuais. Em São Paulo, com a terceirização da gestão através das OS (organizações sociais), algumas delas religiosas, a distribuição de métodos contraceptivos, atendimento ao aborto legal e outras necessidades da saúde são desrespeitadas. Setores



Ana Maria Straube

Apesar de alguns avanços, ainda há muito o que ser feito em relação à saúde da mulher

conservadores atuam no legislativo para impedir a distribuição da contracepção de emergência, como ocorreu em várias cidades no Brasil. Ou como aconteceu em Pirassununga (SP), em relação ao DIU. Isso afeta principalmente às mulheres pobres e negras, que não podem comprá-las nas farmácias, já que os projetos não impedem a venda.

## Acesso aos métodos anticoncepcionais

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 2006 mostra que melhorou o acesso aos métodos anticoncepcionais e houve uma ligeira reversão no uso da esterilização feminina como primeiro método. A distribuição gratuita de métodos contraceptivos aumentou 200% em dez anos, o que contribuiu para a redução do número de esterilizações femininas. Nas mulheres, caíram de 27,3%, em 1996, para 21,8% em 2006. A esterilização masculina aumentou de 1,6% para 3,4%. Atualmente, entre as mulheres com relacionamento estável, mais de 80% utiliza algum método contraceptivo.

Em geral, as mulheres conhecem os métodos anticoncepcionais, principalmente os hormonais, incluindo os novos, como os adesivos. Entretanto, poucas conhecem a camisinha feminina, que não está à disposição na farmácia popular e raramente nos serviços de saúde.

Anticoncepcionais injetáveis e pílulas podem ser compradas por pouco mais de 1 real na farmácia popular, o que possibilita o acesso de muitas mulheres à contracepção. Mas, ao mesmo tempo, deixa as mulheres expostas ao risco das DSTs, no momento em que está em curso um processo de feminização da AIDS.

## Desafios

Uma política de atenção integral à saúde da mulher deve enfrentar a crescente medicalização e mercantilização de seus corpos. O Brasil é um dos campeões em cirurgias com fins estéticos, ao mesmo tempo em que as mulheres brasileiras apresentam a mais baixa auto-estima. O ideal de beleza imposto, inclusive por meio de intervenções cirúrgicas e medicalização, é propagandeado como se fosse saudável. Ainda há muito o que melhorar no atendimento à saúde em geral, e das mulheres, em particular. Tanto em relação à contraposição do sistema de saúde a um modelo ligado à ideia de que o corpo da mulher é imperfeito e frágil, quanto à efetivação do SUS nos seus princípios originais da gratuitidade, integralidade e universalização. Nesse sentido, a não garantia do direito ao aborto diante de uma gravidez indesejada continua sendo uma grande pendência.

\* Integra a equipe técnica da SOF

## Mulheres no volante

Aconteceu no último dia 17 de outubro, a 3ª edição do Festival Mulheres no Volante, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Inspirado em outros festivais de cultura feminista que acontecem pelo Brasil, e que contestam os padrões sexistas predominantes na esfera cultural como um todo, o Mulheres no Volante reafirma e divulga a produção feminina na música e na arte, incentivando e valorizando o trabalho das mulheres.

Nesta edição do Festival, foram realizadas oficinas de circo, expressão cultural, tambor e ritmos, entre outras, com o objetivo de contribuir para a inserção artística das mulheres. O coletivo Maria Maria – Mulheres em Movimento, núcleo da MMM em Juiz de Fora, organizou uma roda de conversa feminista sobre mulheres, corpo e comunicação.

Os shows ficaram por conta das bandas Cherry Pie e Big Hole (Juiz de Fora), Unidade Imaginária (RJ), Maquiladora (SP) e Dominatrix (SP), todas comandadas por mulheres. Uma curiosidade: a banda Dominatrix, uma das primeiras



bandas femininas de *punk rock* do Brasil, também se apresentou no lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, no 8 de março de 2005, em São Paulo.

Bruna Provazi, da organização do Festival, afirma que “o MnV contribui para a autonomia das mulheres, tanto por meio da oportunidade de participarem das atividades práticas, quanto pela vitrine cultural oferecida pelas artistas”.

No terceiro ano do Festival, as mulheres provaram, mais uma vez, que são capazes de guiar seus automóveis, suas vidas, sua arte, suas bandas e seu próprio Festival.

## o que rola

### A comunicação em disputa

Temas como democratização da comunicação, controle social, produção de conteúdo não discriminatório, estão na agenda das mulheres. Pela primeira vez na história do Brasil, a população é convocada para um espaço real de discussão e definição de políticas públicas para a comunicação. Resultado de muita pressão dos movimentos que lutam pela democratização da comunicação, a I Conferência Nacional de Comunicação será finalmente realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro.

De acordo com Bia Barbosa, do Intervezes, “o desafio é aprovar propostas que signifiquem transformações concretas na mídia brasileira. Isso porque a composição da Conferência, com 20% de poder público, 40% de empresários e 40% sociedade civil configura uma correlação de forças desfavorável”.

Entre as questões que enfrentam mais resistência por parte dos empresários está o controle social da mídia, que precisa ser institucionalizado a partir da criação de um órgão específico, como um Conselho Nacional. Para democratizar a comunicação também é preciso acabar com o monopólio e com a propriedade cruzada dos meios de comunicação. Isso significa que não deve ser permitido que um grupo empresarial controle toda uma cadeia (revista, jornal, televisão e rádio). Apesar da conjuntura difícil, a realização da Confecom já é um avanço, considerando a magnitude do controle do poder privado sobre os meios de comunicação no Brasil e a falta de regulamentação que existe sobre esse setor.

nº 69 Novembro de 2009

ISSN 1516-8042

#### CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

#### EQUIPE EDITORIAL

**Diretora Responsável:** Nalu Faria

**Colaboradoras:** Ana Maria Straube e Tica Moreno

**Projeto Gráfico:** Alexandre Bessa

**Diagramação:** Márcia Helena Ramos

**Fotolito:** SB Editora

**Impressão:** RWC Artes Gráficas

**Tiragem:** 1.500 exemplares

**Número avulso:** R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

**Assinatura anual (10 números):** R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros  
05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: (11) 3819-3876

Correio Eletrônico: [sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>